

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --



Fábula de um arquiteto

A arquitetura como construir portas,
de abrir; ou como construir o aberto;
construir, não como ilhar e prender,
nem construir como fechar secretos;
construir portas abertas, em portas;
casas exclusivamente portas e teto.
O arquiteto: o que abre para o homem
(tudo se sanearia desde casas abertas)
portas por-onde, jamais portas-contra;
por onde, livres: ar luz razão certa.

Até que, tantos livres o amedrontando,
renegou dar a viver no claro e aberto.
Onde vãos de abrir, ele foi amurando
opacos de fechar; onde vidro, concreto;
até fechar o homem: na capela útero,
com confortos de matriz, outra vez feto.

João Cabral de Melo Neto. *Fábula de um arquiteto*.
In: *Antologia poética*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1978, p.18.

Considerando o texto e a imagem da Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida, obra de Oscar Niemeyer, julgue os itens a seguir.

- 1 O verbo “construir”, presente reiteradamente nos cinco versos iniciais do texto, é empregado no poema como substantivo.
 - 2 Em “tudo se sanearia desde casas abertas” (primeira estrofe), a forma verbal é empregada no futuro do pretérito no modo indicativo para expressar a certeza da impossibilidade do saneamento.
 - 3 A ausência de pontuação na enumeração presente em “por onde, livres: ar luz razão certa” (primeira estrofe) contraria a norma culta quanto ao emprego dos sinais de pontuação, mas atende à especificidade do gênero textual poético.
 - 4 Em “Até que, tantos livres o amedrontando” e “ele foi amurando” (ambos na segunda estrofe), as formas pronominais “o” e “ele” têm o mesmo referente: o arquiteto.
 - 5 Na segunda estrofe, o significado das expressões “vãos de abrir” e “opacos de fechar” está em consonância com a tensão que estrutura o poema: a transformação do sujeito que abre novos caminhos para o homem em alguém capaz de encerrá-lo por trás de muros confortáveis.
 - 6 O resultado arquitetônico da Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida corresponde ao conteúdo expresso na última estrofe do texto de João Cabral de Melo Neto: “onde vidro, concreto; / até fechar o homem: na capela útero, / com confortos de matriz, outra vez feto.”
- O eucalipto é cortado, e dele se faz o papel. Processo quase alquímico. O inflexível se dobra, o marrom se torna branco, onde cabiam folhas verdes agora cabem ideias maduras. Chegada a obra-prima, alguém trabalha o preenchê-la. E era isso que fascinava tanto o jornalista Pinheiro Júnior — fosse jovem fosse experiente.
- Por que arquitetura? Por que arquitetura quando o senhor já havia contribuído tanto com esse talento, com esse dom?
- Uma das coisas que mais me atraiu na Última Hora foi a diagramação da UH, a paginação da UH. Enquanto os outros jornais eram jornais duros, feios, a UH era um jornal bonito, era um jornal, inclusive, a cores. Os outros jornais não eram. Arquitetura, em jornalismo, é exatamente a diagramação dos jornais.
- Bruna Rezende e Victor Gabry. *A Arquitetura tem tudo a ver com o Jornalismo!*
Uma conversa com Pinheiro Júnior, veterano do jornalismo, sobre o que ele ainda não falou.
In: *Cadernos de reportagem*, 2018. Internet: <cadernosdereportagem.wordpress.com>.
- Com base na leitura e nos sentidos do texto anterior, julgue os itens que se seguem.
- 7 No primeiro parágrafo, “inflexível”, “marrom” e “folhas verdes” relacionam-se a “eucalipto”, enquanto “dobra”, “branco” e “ideias maduras” associam-se a “papel”, apontando para as especificidades de seus significados, mas sem descartar a origem comum de ambos os termos — “eucalipto” e “papel”.
 - 8 Em “Chegada a obra-prima” (quarto período do primeiro parágrafo), o emprego do sinal indicativo de crase é facultativo, de modo que seu emprego manteria os sentidos originais do texto.
 - 9 O uso dos travessões no início do segundo e do terceiro parágrafos é um dos indicativos de que o gênero textual do fragmento apresentado é entrevista.
 - 10 Seria preservada a correção gramatical e os sentidos do texto caso o termo “Por que”, no trecho “— Por que arquitetura?”, fosse substituído por **Por qual**.
 - 11 No trecho “Uma das coisas que mais me atraiu na Última Hora foi a diagramação da UH, a paginação da UH” (terceiro parágrafo), a forma verbal “atraiu” poderia ser corretamente empregada no plural — **atraíram**.

12 Mantendo-se a correção gramatical do texto, o último parágrafo poderia ser reescrito da seguinte forma, sem prejuízo do seu sentido original: Uma das coisas que mais me atraiu na Última Hora foi a sua diagramação, a sua paginação. Enquanto os outros jornais eram duros, feios, em preto e branco, a UH era um jornal bonito, em cores. Arquitetura, em jornalismo, é exatamente a diagramação dos jornais.

As regiões metropolitanas e as grandes cidades brasileiras concentram hoje a atenção das autoridades de gestão territorial em nível local, regional e nacional. O conhecimento da complexa realidade dessas áreas em suas múltiplas dimensões e de modo dinâmico torna-se imprescindível para geri-las de forma eficiente. Não se trata apenas do levantamento de dados brutos, mas da proficiente manipulação e interpretação desses dados a partir de processamentos quantitativos (matemáticos e lógicos) sobre uma base espacial, de forma a revelar características e processos intrínsecos aos fenômenos em análise. Dito de outra forma, não basta somente a confecção de mapas digitais coloridos ilustrando, por exemplo, a exclusão social de uma determinada cidade por quantis, mas é fundamental que, com o auxílio de técnicas apropriadas de análise espacial, se possam extrair tendências do padrão de manifestação da exclusão social de forma contínua no espaço. Ou ainda, não é suficiente apenas mapear a ocorrência de crimes em um sistema georreferenciado, mas sim estudá-los de forma dinâmica, entendendo a sua proliferação no espaço e no tempo em articulação com inúmeras variáveis socioeconômicas e biofísicas, e como as estradas podem atuar como vetores de expansão da criminalidade.

Nessa linha de pensamento, elaborar mapas estáticos de uso do solo urbano não mais atende às necessidades atuais dos gestores locais, mas é necessário que se permitam simulações de diferentes cenários futuros de expansão urbana e dinâmica de uso do solo em ambiente computacional. Aí reside o desafio da geoinformação em gestão urbana e regional, que pode ser entendida como um paradigma emergente na pesquisa multi e interdisciplinar que se dedica a explorar a extrema complexidade de problemas socioambientais em um ambiente de Sistemas de Informações Geográficas (SIG). Openshaw (2000) argumenta que a geoinformação não se reduz ao uso de técnicas computacionais para solucionar problemas espaciais, mas se refere, ao contrário, a uma forma totalmente nova de se fazer ciência em um contexto geográfico.

Cláudia Maria de Almeida, Gilberto Câmara e Antonio Miguel V. Monteiro (Org.)
Geoinformação em urbanismo. Cidade Real X Cidade Virtual
São Paulo: Oficina de Texto, 2007, p. 5 e 6. (com adaptações).

Em relação aos aspectos linguísticos do texto apresentado anteriormente, julgue os próximos itens.

- 13 O sujeito da oração apresentada no primeiro período do texto é “a atenção das autoridades de gestão territorial”.
- 14 Em “geri-las” (segundo período do primeiro parágrafo) e em “estudá-los” (último período do primeiro parágrafo), as formas pronominais exercem a função de complemento das formas verbais a que se ligam e referem-se a “áreas” e a “crimes”, respectivamente.
- 15 Em todas as suas ocorrências nos 3º, 4º e 5º períodos do primeiro parágrafo, a conjunção “mas” introduz no texto uma ideia de contraste.
- 16 No trecho “mas é necessário que se permitam simulações de diferentes cenários futuros de expansão urbana e dinâmica de uso do solo em ambiente computacional”, o vocábulo “que” introduz uma oração que exerce a função de sujeito da oração anterior.
- 17 Em “que pode ser entendida como um paradigma emergente na pesquisa multi e interdisciplinar que se dedica a explorar a extrema complexidade de problemas socioambientais em um ambiente de Sistemas de Informações Geográficas (SIG)”, o vocábulo “que” apresenta o mesmo referente em ambas as ocorrências.

18 No trecho “Aí reside o desafio da geoinformação em gestão urbana e regional, que pode ser entendida como um paradigma emergente na pesquisa multi e interdisciplinar”, a flexão do feminino em “entendida” justifica-se pela concordância com o substantivo “gestão”.

Os cartões de resposta de certa prova de itens de julgamento certo (C) ou errado (E) foram depositados em uma urna G. A prova consistia de 5 itens, de modo que, em cada cartão de resposta, há 5 campos para marcação C e 5 para marcação E. A pontuação dessa prova foi definida da seguinte maneira: para cada marcação de um item em conformidade com o gabarito da prova, são atribuídos 2 pontos positivos; para cada marcação de um item em desconformidade com o gabarito da prova, são atribuídos 2 pontos negativos; as marcações em branco não acarretam pontuação positiva nem negativa; não é admitida dupla marcação (marcação, para algum item, de ambos os campos C e E). Foi observado, ainda, que

- não existe cartão de respostas depositado na urna G que contenha dupla marcação (marcação de C e E para algum item);
- cada cartão presente na urna G corresponde a uma das distintas possibilidades de preenchimento de cartão de respostas.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 19 Retirando-se ao acaso um cartão de respostas da urna G, a probabilidade de que seja atribuída nota igual a 2 a esse cartão é igual à probabilidade de que lhe seja atribuída nota igual a -2.
- 20 G possui 243 cartões distintos.
- 21 A probabilidade de ser atribuída nota 10 a um cartão retirado da urna G ao acaso é igual a $\frac{1}{32}$.
- 22 Existem menos de 50 cartões em G para cada um dos quais será atribuída nota igual a zero.

Em um jogo investigativo, um dos objetivos é coletar pistas para descobrir o culpado de um crime. Em determinada ambientação, cinco senhores, cada um usando um chapéu de determinada cor — branco, cáqui, preto, verde e vermelho —, participavam de um jantar, quando a luz da mansão apagou. Passado o apagão, foi constatado que o senhor de chapéu cáqui estava morto. Em uma etapa do jogo, já haviam sido coletados os seguintes depoimentos dos outros quatro cavalheiros:

Senhor de chapéu verde: “O senhor de chapéu vermelho é inocente.”

Senhor de chapéu vermelho: “Se o senhor de chapéu preto e o senhor de chapéu verde são inocentes, então o senhor de chapéu branco mentiu em seu depoimento.”

Senhor de chapéu branco: “O senhor de chapéu preto é inocente.”

Senhor de chapéu preto: “O senhor de chapéu verde mentiu em seu depoimento.”

Sabendo que apenas um dos depoentes mentiu e que apenas um dos senhores assassinou o senhor de chapéu cáqui, julgue os itens seguintes.

23 O depoimento feito pelo senhor de chapéu vermelho pode ser escrito, como uma proposição sentencial, na forma: $P \wedge Q \rightarrow R$.

24 A proposição sentencial $\sim P \vee Q \rightarrow \sim R$ corresponde, logicamente, à negativa do depoimento do senhor de chapéu vermelho.

25 Apenas um dos senhores é, ao mesmo tempo, o assassino e o mentiroso.

26 O senhor de chapéu branco mentiu em seu depoimento.

Determinada autarquia federal pretende firmar contrato administrativo para a contratação de estudo e serviços técnicos de arquitetura especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 27** A autarquia poderá valer-se da contratação direta por inexigibilidade de licitação.
- 28** Autarquia é órgão público despersonalizado que integra a administração pública indireta.
- 29** A Lei de Licitações aplica-se a autarquias federais, entretanto não faz menção à aplicabilidade às autarquias estaduais e municipais.
- 30** Na situação apresentada, será aplicada a Lei de Licitações e Contratos.
- 31** Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados os preços unitários, sendo irrelevante o preço global.

Maria apresentou pedido administrativo perante a repartição pública onde seu marido João exerce cargo em comissão. O pedido foi negado e Maria interpôs recurso administrativo dirigido a João, que é o chefe do órgão e autoridade hierarquicamente superior ao servidor que negou o pedido de Maria. Ao analisar o recurso, João acatou o pedido de Maria em decisão administrativa, sem indicar os fatos e os fundamentos jurídicos.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 32** Cargo em comissão é aquele que exige concurso público para ser provido.
- 33** Por ser marido de Maria, João deveria ter se julgado impedido de atuar em processo administrativo.
- 34** Na situação apresentada, João praticou abuso de poder.
- 35** Segundo expressa previsão na Lei do Processo Administrativo, o ato administrativo que julga recurso administrativo deve ser motivado, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.
- 36** Maria agiu corretamente ao direcionar seu recurso a João, uma vez que ele é autoridade superior ao servidor que negou o pedido.

A respeito da Lei n.º 12.378/2010, que disciplina a criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), julgue os itens a seguir.

- 37** O registro do arquiteto e urbanista no CAU/BR é circunscrito ao âmbito estadual, devendo o profissional realizar inscrição suplementar caso queira atuar em outros estados da Federação.
- 38** O CAU/BR é responsável pela organização e manutenção do cadastro nacional das escolas e faculdades de arquitetura e urbanismo.
- 39** As expressões “arquitetura” ou “urbanismo” podem ser utilizadas no nome fantasia de determinada sociedade, ainda que esta não tenha arquiteto e urbanista entre seus sócios ou empregados permanentes.

Com relação ao Anexo II do Regimento Interno do CAU/BR (Resolução n.º 139/2017), julgue os itens seguintes.

- 40** Compete ao CAU/BR decidir, em última instância recursal, sobre matérias deliberadas no âmbito dos conselhos de arquitetura e urbanismo dos estados e do Distrito Federal.
- 41** A deliberação a respeito de diretrizes para a implementação de ações, visando-se a valorização da profissão de arquiteto e urbanista, insere-se no âmbito das competências da Comissão de Política Profissional do CAU/BR.
- 42** O presidente do CAU/BR deverá proferir voto em todas as votações do plenário e do conselho diretor.
- 43** No que diz respeito ao acesso às informações solicitadas pelo cidadão, o CAU/BR não está adstrito aos princípios da administração pública, podendo decidir livremente acerca da conveniência de conferir o acesso às informações demandadas.
- 44** Compete ao conselho diretor do CAU/BR deliberar a respeito da proposta de instituição e de extinção de comissões permanentes e temporárias.

No que diz respeito à ética no setor público, julgue os itens seguintes.

- 45** É vedado ao servidor público, em qualquer hipótese, retirar documento da repartição pública em que atua.
- 46** No exercício do cargo ou da função pública, o servidor público deve nortear suas ações pela dignidade, pelo decoro, pelo zelo, pela eficácia e pela consciência dos princípios morais.

Considerando a Portaria Normativa n.º 112/2023 (Código de Conduta, Disciplina e Ética do CAU/BR), julgue os itens a seguir.

- 47** O arquiteto e urbanista deve responsabilizar-se pelas tarefas ou pelos trabalhos executados por seus auxiliares, equipes, assim como considerar o impacto social e ambiental de suas atividades profissionais na execução de obras sob sua responsabilidade.
- 48** Cabe ao arquiteto responsável pela execução de serviço ou obra manter sigilo, sem quaisquer ressalvas, sobre os negócios confidenciais de seus contratantes.

Acerca do que dispõe a Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os próximos itens.

- 49** A ação ou a omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, com base em jurisprudência, configura ato de improbidade administrativa.
- 50** Constitui ato de improbidade administrativa o exercício da atividade de consultoria para pessoa física que tenha interesse suscetível de ser amparado por ação decorrente das atribuições do agente público durante a atividade.